

CONFLITOS SOCIOEMOCIONAIS: A INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cláudia de Almeida Santos
Vitória Rafaely de Pontes
Jeane Aparecida Galhoti de Oliveira

Resumo: A proposta deste trabalho é, através de um modelo de pesquisa bibliográfica, ilustrar como o desenvolvimento cognitivo da criança e seus comportamentos têm sido influenciados por questões socioemocionais e familiares. O trabalho aponta para uma análise crítico-reflexiva da dimensão de tal influência, perpassando pelos direitos da criança, valorizando sua história e percebendo suas necessidades, também expondo problematizações recorrentes, partindo de uma visão sociológica que envolve fatores como o espaço social que a criança está inserida, maus comportamento e os possíveis motivos para que ocorram, para que dessa forma busquemos entender a necessidade do olhar do professor sobre esses aspectos, não limitando as dificuldades de aprendizagem ao ambiente de ensino, mas fazendo uma ligação com a criança, buscando entender que existe relação entre os conflitos socioemocionais e a escola.

Palavras-chave: Desenvolvimento Cognitivo; Conflitos socioemocionais; Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória e busca contribuir com o cenário de Educação Infantil, perpassando por dificuldades encontradas nesse processo e associando-as com o seio familiar e contexto social da criança, utilizando como método a pesquisa bibliográfica.

Ainda, compreende os objetivos de expor uma perspectiva que se preocupa com alunos introduzidos em problemas que os afetam emocionalmente e gradativamente, através de uma ótica mais compreensiva. Temos o intuito de refletir e alarmar a urgência de que entendamos que todo comportamento do aluno nasce de algum lugar, não seria justo punir ou evidenciar o problema deixando de conhecer sua origem. Vernon (1973, p. 11), alega que a motivação humana é encarada como uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Logo, se o que nos motiva a agir vêm de algo que sentimos, é evidente a influência que nossos sentimentos e problemas pessoais, sejam eles familiares ou não, podem causar em nosso meio e ações.

Vygotsky (2003), ressaltou que em todas as formas de nosso comportamento, inclusive em processo educativo, há uma grande e integral influência das reações emocionais. Assim, buscamos identificar fatores e situações que podem interferir no desenvolvimento cognitivo, bem como a abordagem pedagógica diante dessas situações, para que não haja agravamento destas como consequência de desatenção e apatia do corpo docente em buscar entender o cenário por trás disso.

Introduzindo nosso tema, notamos que Ferreira (1999), no dicionário eletrônico Aurélio, define a infância como o período de crescimento do ser humano, que vai do nascimento à puberdade, já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13/7/90) criança é a pessoa até os 12 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). Por último, mas não menos importante, a Diretriz Curricular Nacional para a Educação DCNEI (2013, p. 97) em seu artigo quarto considera a criança como um sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, assim como, de forma semelhante Vygotsky (1991) definiu-a como um ser social e sujeito de sua história,

principalmente no sentido participativo, pois ela é ativa na construção de nossa cultura. Por assim dizer, entendemos que, estando a criança em pleno desenvolvimento, há a necessidade de oferecer a ela um cuidado especial durante esse processo, para que não haja reminiscências negativas interventoras em sua vida adulta.

Discutiremos como esse cuidado é inexistente muitas vezes e a criança é exposta a situações problemáticas e até mesmo a riscos, e como isso gera reflexos e interferências significativas na escola que precisam de atenção. Assim como Lima (2016, p. 58 *apud* ALBUQUERQUE, 2015) alega, crianças privadas de afeto familiar e de convivência num ambiente hostil podem apresentar um comportamento antissocial, tornando assim o trabalho na escola um grande desafio.

Ressaltamos a importância de nos preocuparmos e, além disso, agirmos nesse contexto, expressando a devida sensibilidade aos alunos que enfrentam tais conflitos fora da escola, pois percebemos uma escassez de envolvimento com estes, que muitas vezes não apresentam indícios explícitos de uma necessidade de ajuda e por isso passam despercebidos ou são tidos como indisciplinados, quando na verdade são incompreendidos e sofrem com uma realidade com a qual não são capazes de lidar.

Isto posto, executaremos este trabalho utilizando uma técnica qualitativa, estando este artigo disposto em quatro capítulos, sendo que no primeiro contextualizaremos sobre os direitos da criança e as incumbências da escola, família e Estado de assegurar-lhe segurança e cuidado. Já ao longo do Capítulo II evidenciaremos a problemática, valendo-se de fundamentação teórica e chamando a atenção para a necessidade de perceber e admitir tal problema.

No terceiro capítulo faremos considerações sobre as competências socioemocionais e a importância da afetividade, para que no quarto apresentemos o professor, assim como a família, como peças importantes nesse cenário.

2 CONTEXTUALIZANDO DIREITOS E INCUBÊNCIAS

A História da Educação Infantil foi árdua, durante a Idade Média as crianças eram vistas como um adulto em miniatura, trabalhavam e não tinham direitos, não existiam leis que as defendessem. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIËS, 1981, p.14). Por isso, a existência de um Estatuto especialmente voltado para atender aos direitos e interesses das crianças e adolescentes, como realmente sujeitos de direitos, é imprescindível, não podendo ser desvalorizada tal conquista, ignorando o poder que a legislação traz quanto à defesa destas crianças e adolescentes.

Partindo do entendimento da necessidade que a criança porta de ser auxiliada e defendida pelos responsáveis, sejam estes família ou educadores, em tantas situações constantemente vivenciadas Brasil afora, é importante a reflexão de que, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), existem outras legislações que também visam dar efetividade ao direito-dever de proteção integral à criança e ao adolescente, trazido no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Ao perpassar por algumas leis, para obter maiores informações, percebe-se que, diariamente, o profissional da educação se depara com casos que precisam de sua atenção e, ainda, de sua ação, tornando-se extremamente importante seu conhecimento sobre o assunto, tomando-se como exemplo a Lei 13.010/2014, Lei da Palmada, que traz a vedação de castigos físicos e tratamento cruel ou degradante, a Lei 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância, que versa sobre as políticas públicas para crianças de até 06 anos e uma lei que não deve ser esquecida, a Lei 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à intimidação sistêmica

(Bullying). Estas, dentre outras, devem ser constantemente abordadas e aplicadas para o bem-estar destes indivíduos.

No Brasil, o artigo 227 da Constituição Federal resume todo o trabalho feito neste sentido, aprimorado e discutido ao longo da história até que se chegue à proteção legislada e direcionada a criança e ao adolescente:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Neste novo tempo e etapa de proteção integral, que foi marcado também pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ergueu-se o Sistema de Garantia da Criança e do Adolescente, conjunto de órgãos, agentes, autoridades e entidades governamentais e não governamentais, que promovem o cumprimento de todos os direitos infanto-juvenis.

Adentro dessa rede de proteção é importantíssimo citarmos o Conselho Tutelar, que porta o encargo de defender e proteger o direito das crianças e adolescentes, criado conjuntamente com o ECA, estabelecidos na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. É um órgão autônomo, jurisdicional e permanente, conseqüentemente não cogita a viabilidade de ser extinto após ter sido decretado. Ainda, dispõe de uma autonomia funcional, não sendo subordinado a nenhum outro tipo de órgão governamental.

É incumbido de prestar aconselhamento aos pais e responsáveis e, em virtude dessa atribuição, é de extrema relevância que o seja comunicado em situações de riscos envolvendo crianças e adolescentes. Em caso de violações dos direitos previstos no artigo 129 do ECA, o Conselho deve caminhar juntamente com a autoridade judiciária para a solução dos mesmos citados anteriormente. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

O artigo 70-A do ECA trata da obrigatoriedade da União, Estados, Distrito Federal e os Municípios de articularem na elaboração das políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, levando em consideração a educação sem violência. Já o inciso III assegura o direito das crianças e adolescentes à profissionais capacitados para contribuição do seu desenvolvimento, destacando a saúde, educação, assistência social e os demais agentes contribuidores, afim de que os mesmos devam comunicar o Conselho em suspeitas ou casos de maus-tratos.

A ausência da comunicação destacada anteriormente, poderá acarretar a responsabilização do profissional com compreensão do artigo 245 do Eca, já que essa participação não precisa ser de forma direta, podendo contar com aplicativo Proteja Brasil, disque 100 e o Conselho Tutelar do Município.

Art. 245: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena- multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Portanto, compreende-se que todo esse encadeamento da identificação da violência cometida com a criança e até mesmo a comunicação de agravantes e descumprimento da legislação específica deve ser realizado por profissionais capacitados que zelem pela integração afetiva, cognitiva e motora da criança e do adolescente, pois “Qualquer criança, qualquer jovem, independentemente de suas origens familiares, sociais, étnicas, tem igual direito ao desenvolvimento completo; a única limitação que pode ter é a de suas próprias aptidões.” (MAHONEY, 2011, p. 75).

Constata-se, assim, que toda ação e medida preventiva visa a resguardar a vítima e sua dignidade perante a sociedade, evitando qualquer convívio com o agressor, buscando soluções para que todo esse processo não seja custoso, doloroso e que não carregue crises profundas para a vida da criança, já que esse fator determina a formação da personalidade da criança e adolescente.

3 A PRESENÇA DE UM PROBLEMA

Toma-se neste capítulo, como balizador da reflexão, um contratempo constantemente vivido por professores e alunos em sala de aula, porém deixado de lado na maioria das vezes. A criança continuamente é tida como sem relevância ou até mesmo neutra em diversas situações, mesmo tratando de suas próprias vontades ou sentimentos. O discurso utilizado como justificativa versa que a criança não compreende o que se passa. Todavia, ao contrário desse pensamento, Silva (2016) avança que a criança, já na primeira infância, começa a ser capaz de distinguir os seus sentimentos e necessidades dos outros com quem interage. Assim, pode-se dizer que neste momento inicia-se a construção de conhecimento sobre ela mesma e sobre o outro.

É exatamente através das experiências com o meio e com as pessoas que nos cercam que somos levados a uma nova consciência de nós mesmos enquanto objetos sociais, a criança capta todo e qualquer tipo de conflito que ocorre ao seu redor, sejam eles familiares, emocionais, dentre outras situações, então, é crucial que se envolva a criança e que não as prive de entendimentos e vivências sociais necessárias, ajudando-as a lidar com seus sentimentos e crises. Assim, o adulto deve expressar “(...) atitudes de tolerância, cooperação, partilha, sensibilidade, respeito, justiça.” (SILVA, et al. 2016, p.33).

A problemática se encontra nesses inúmeros conflitos que chegam até a criança e na interferência que ocasionam em sua vida e comportamento. Não se pode ignorar os reflexos desses conflitos, pois isso certamente influenciará no ambiente escolar, na aprendizagem. Mas como abordar esta criança para que não se agrave o problema detectado?

Segundo Silva (2017 *apud* MICHELSON, et al, 1987), crianças com comportamentos desadequados socialmente (quer sejam agressivos ou passivos) têm relacionamentos interpessoais pobres, pela dificuldade de se relacionarem com o outro, podendo por vezes ser rejeitadas pelo próprio grupo de pares”.

É visível que uma criança que passa por problemas em casa demonstra atitudes. Muitas vezes, se bem interpretadas, essas podem ser traduzidas como um grito de socorro, porém a questão é que, na maioria das vezes, são diminuídos e denominados como simplesmente indisciplina, desinteresse, bobagem, hiperatividade dentre outros fatores de menor importância.

O enfrentamento de realidades desapropriadas na infância faz com que estes indivíduos acabem experimentando grandes ferimentos emocionais. Silva (2017) considera que é de extrema relevância que as crianças desenvolvam um entendimento das emoções, da sua compreensão e regulação, visto que pode ser uma ferramenta estimulante para apropriar-se de suas relações sociais.

É eminente que nas pequenas atitudes que se revelam em mudanças de desenvolvimento, seja cognitivo ou social, inúmeros fatores contribuem para a percepção desses comportamentos; é desperta a frequência de distúrbios alimentares, se apresentam hábitos agitados, as agressões aos colegas tornam-se atitudes constantes, durante o sono, a criança apresenta dificuldades para dormir ou tem muitos pesadelos. O foco de aprendizado assume outro rumo, inclusive crianças totalmente desenvolvidas e participativas, podem apresentar comportamentos desadequados socialmente, conforme relata Silva (2017 *apud* LINO, 2006).

Outras indagações questionáveis são as distrações contínuas, com explosões constantes de raiva, sucedendo as dificuldades de captações de informações com facilidade, visto que, na maior parte do tempo, estão atentas a outras coisas. Estas condutas são imensuráveis vezes confundidas com outros transtornos, destacando o autismo e hiperatividade. Embora não apresente diagnóstico, a criança começa a ser rotulada dessa maneira.

Além, há pessoas que crescem com traumas da infância, pois foram totalmente ignorados, seus problemas e anseios tratados como algo que pode simplesmente ser apagado, esquecido e superado. Oliveira (2007 *apud* Teicher et al. 2003).

Contudo, Oliveira (2007) constata que “cicatrices biológicas” acompanham os danos psicológicos durante a fase adulta e carregam com si bagagens, sequelas emocionais, acarretando-se em um adulto revoltado, depressivo, ansioso, traumatizado, inseguro, impotente, sem citar outras inestimáveis situações.

Por diversas vezes é importante que se questione que alterações levaram o indivíduo a agir de determinada maneira e a desenvolver certos comportamentos, para que se trace um plano de apoio e acolhimento. Não obstante, a negligência aos problemas apresentados na infância podem ser capazes de alterar o sistema biológico, em concordância com Oliveira (2007), que versa com sabedoria a respeito desta temática.

4 AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

A educação socioemocional pode ser definida como uma metodologia que compreende e trabalha favoravelmente com as emoções do indivíduo, buscando sempre decisões responsáveis que possam entender as necessidades emocionais do aluno.

Em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação básica, trabalhar com essas competências envolve estimular habilidades como o autoconhecimento, a criatividade, a resiliência, a empatia, o pensamento crítico, a colaboração e finalmente, nosso foco neste trabalho, a ponderação para resolver conflitos.

Este deve ser o foco das propostas curriculares trabalhadas em sala de aula. Apesar de ser visto como um desafio para os professores, entende-se que trabalhar as questões socioemocionais acarretará em mudanças positivas no ambiente escolar, em desempenho satisfatório dos alunos e em um ambiente com pessoas que respeitem uns aos outros, em virtude de que esses comportamentos agressivos e preconceituosos interferem na formação da personalidade.

Além disso, a participação ativa e em equipe são pontos que se destacam para a realização desse trabalho com as crianças e adolescentes que precisam se autoafirmar emocionalmente, ressaltando que se deve respeitar as limitações e singularidade de cada aluno, em consequência do estabelecimento de um vínculo afetivo, combatendo o desrespeito entre todos do meio e proporcionando um ambiente acolhedor

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei 9394/96), em seu artigo 29, diz que “a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 6 anos (a partir de nova redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013 passa a ser cinco anos) em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Desta forma, o respaldo legal concretiza a ideia de que a escola deve estar atenta a todos estes aspectos.

A partir do momento em que a escola se preocupa em potencializar o ensino socioemocional, não se esquecendo do cognitivo, as crianças desenvolvem uma capacidade mais sólida de se tornarem sujeitos hábeis a enfrentar os conflitos que podem lhe aparecer ao longo da vida, em todas suas etapas. Serão profissionais mais preparados e flexíveis, formados integralmente. Wallon tem muito a acrescentar sobre este assunto, pois perpassando por suas ideias e pesquisas, através da ótica de Mahoney, percebe-se que o autor acreditava que os

aspectos afetivos, motor e cognitivo se relacionam entre si e resultavam em uma pessoa individual e única, entendendo ainda que:

O motor, o afetivo, o cognitivo, a pessoa, embora cada um desses aspectos tenha identidade estrutural e funcional diferenciada, estão tão integrados que cada um é parte construtiva dos outros. Sua separação se faz necessária apenas para a descrição do processo. (MAHONEY, 2011, p. 15).

À vista destas ponderações, consegue-se aclarar a afirmação da influência que os sentimentos, emoções e conflitos podem ter no desenvolvimento cognitivo, especificamente falando dos alunos da Educação Infantil. Mahoney (2011), retrata que o desenvolvimento da criança se desenrola através de posturas que se alteram de idade para idade, ocorre através de fatores determinantes como conquistas, conflitos e crises, não possuindo tempo determinado. Em oposição a isso, podem sumir por um tempo e reaparecer futuramente, em situações diversas, algumas vezes de forma menos ou mais árdua.

Entende-se que cada ser possui sua individualidade, emoções e sentimentos diversos, além de dispor seu modo de lidar com situações. É crucial que haja um laço de afetividade nos anos iniciais da vida, visto que isto torna-se fundamental para o desenvolvimento do indivíduo. A autora acredita que a fase adulta é marcada e constituída por experiências vivenciadas na infância, podendo assim, despertar crises profundas.

Ainda que, a criança tenha a necessidade do afeto e proteção de terceiros, compreende-se que já desperta a percepção do que é de si e o que é do outro. Logo, começa a se posicionar frente a situações conflituosas vivenciadas em seu meio. “Entra num período em que sua necessidade de afirmar, de conquistar sua autonomia e vai lhe causar, em primeiro lugar, uma série de conflitos” (MAHONEY, 2011, p. 40 *apud* WALLON, 1981, p. 217).

Em concordância com a obra da pesquisadora citada com embasamento em Wallon, o pensamento infantil caracteriza-se ainda por um sincretismo de caráter global, confuso e contraditório, em que se encontram misturados os vários planos do conhecimento. ” Embora a criança ainda não possua pensamentos concretos e não disponha de uma aptidão para mudanças, nesse estágio de construção de personalidade, o intuito é individualizar a criança em relação à realidade que ela enfrenta e, para isso, há todo um conjunto de elementos indispensáveis.

Sobre esta reflexão, Mahoney (2011, p. 15) discorre que toda atividade motora tem ressonâncias motoras e cognitivas, assim como toda disposição afetiva as têm. Toda operação mental tem ressonâncias afetivas e motoras, tudo isso acaba causando impacto na pessoa, que seria por assim dizer a garantia e o resultado dessa integração.

Diante do exposto, educadores, assim como psicólogos e profissionais relacionados ao desenvolvimento da criança, capacitados para entender a importância de coadjuvar no processo de observar, perceber e compreender a criança em seus conflitos, devem atribuir-se do comprometimento e saber como auxiliá-la, para que ela, em suas limitações, não venha a ceder, obtendo atrasos e traumas, mas sim enxergue a solução, já que “a solução do conflito significa a passagem para uma nova qualidade da integração do indivíduo com as exigências do meio social, portanto, para um novo estágio.” (MAHONEY, 2011, p. 17).

5 O PAPEL DO PROFESSOR E DA FAMÍLIA

O professor pode ser a chave de acesso para desvendar o que ocorre realmente por trás destes comportamentos, já que este profissional deve conhecer o aluno, saber seus trejeitos, hábitos, acompanhar seu desenvolvimento. Dessa forma, com um pouco de atenção, qualquer alteração no proceder da criança é perceptível para o professor e pode ser um sinal de alerta.

É incumbência do docente, como discorre Silva (2017), desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem um clima de apoio aos interesses e necessidades das crianças, o desenvolvimento de atividades educativas e, ainda, a organização do espaço e do tempo como

promotores de autonomia. Incluir cada aluno nesse processo é importante. Miura (2000 p. 172) considera o objetivo do ensino inclusivo como:

[...] lidar com a diversidade dos alunos. As necessidades educacionais de um aluno com algum comprometimento orgânico ou psicossocial nem sempre são diferentes das necessidades de outras crianças. Neste sentido convém esclarecer que o meio social em que o aluno convive pode estar incapacitando e colocando-o em desvantagem ainda maior, dificultando o desenvolvimento de suas potencialidades e o desempenho de papéis sociais.

Sabe-se que, na prática, é improvável e até impossível que no espaço escolar se consiga trabalhar seguindo um roteiro rigoroso para resolver situações cotidianas, o que exige flexibilidade para enfrentá-las e resolvê-las. Além disso, Freire (2001) afirma que não se pode falar de educação sem amor, sobretudo tratando-se de conflitos emocionais que os alunos enfrentam.

Para os docentes serem colaboradores e sujeitos ativos nestas situações, mais importante do que ser, é estar presente. A afetividade e a empatia são ferramentas que podem levar o professor a um avanço maior com o aluno em questão e é importante estar sensível e saber identificar a hora de agir.

Para que essa compreensão do aluno como ser social ocorra e que seja aplicada essa pedagogia mais humanista, Leite (2000, p. 11-12) afirma que é necessário que se considere que:

Todos os indivíduos são diferentes entre si e que cada um apresenta suas particularidades, e isto deve ser entendido não só frente as questões relacionadas a inclusão na escola, mas sim em todas as instâncias sociais. Sendo assim, deve-se respeitar e compreender as diferenças e garantir condições para que todos possam participar ativamente do meio social, então tentar normalizar as pessoas.

É necessário, assim, buscar entender o comportamento da criança antes de julgar e sentenciar previamente suas razões para se portar de determinada forma. É importante levar em consideração os sinais que o aluno dispõe em sala, mesmo que sejam coisas pequenas, como seu humor, forma de brincar, de se socializar, entre tantas outras coisas que dizem muito sobre seus sentimentos e problemas.

Sabemos também que a escola não deve ser vista como assistência ou substituta da família, embora em muitos casos pode ser o único lugar que a criança tem voz, que é acolhida, amada e compreendida. O desenvolvimento de relações sociais positivas favorece o desenvolvimento de cinco capacidades que são imprescindíveis para o bem-estar social e emocional das crianças, sendo elas: confiança nos outros, autonomia, iniciativa, empatia e autoconfiança (SILVA 2017, *apud* HOHMANN; AMP; WEIKART, 1997).

A família é uma grande interventora quando se trata de tal assunto, em ocasiões, mesmo que saiba que estão vivenciando uma situação delicada, não conseguem identificar que esta afeta diretamente a criança. Buscam soluções distantes para sanarem seus egos feridos, deixando a hipótese que a elucidação está dentro de seus lares. Em harmonia com Matos (2012), a ausência da aceitação do seio familiar pode implicar no insucesso escolar, desinteresse e abandono escolar, visto que o comportamento dos pais reflete no comportamento social das crianças.

Moura (2008) conclui que todos os indivíduos reagem de acordo com a realidade que vivenciam e desenvolvem capacidades diferentes, que vão definir a forma de resistir ou não a uma frustração.

De maneira oposta a dos adultos, a criança não tem “estrutura” para defrontar os conflitos denotados no dia a dia, pois ainda está em formação, não é capaz de vivenciar situações e superar sozinha as dificuldades, necessitando de uma pessoa que lhe ofereça amparo

e seja compreensível, uma vez que podem desenvolver as mesmas práticas dos adultos, mas de formas diferentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas crianças, em seu meio familiar e social, sofrem preconceitos e estereótipos, bullying, violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil, abandono, não se esquecendo de situações que, assim como estas, independem delas, como pobreza extrema da família, uso de drogas e desemprego dos responsáveis, fome, doença e até mesmo morte de entes queridos. Estas situações podem abalar muito o emocional da criança e refletir em seu desenvolvimento cognitivo, bem como em sua postura e atitudes no ambiente escolar.

A partir do momento em que a escola se preocupa em potencializar o ensino socioemocional, não se esquecendo do cognitivo, essas crianças desenvolvem uma capacidade mais sólida de se tornarem sujeitos hábeis a enfrentar os conflitos que podem lhe aparecer ao longo da vida, em todas suas etapas. Serão profissionais mais preparados e flexíveis, formados integralmente.

Através das pesquisas e leituras realizadas, envolvendo pensadores como Henri Wallon, Vygotsky, entre outros, foi possível esclarecer a importância de que os docentes voltem sua metodologia para questões que abracem o aluno em suas questões emocionais, percebendo e reconhecendo problemas, para que assim estes conquistem a ajuda que precisam e em alguns casos, tenham defesa, pois nem sempre suas famílias encarregam-se disso, muitas vezes sendo real ameaça à criança envolvida em conflitos.

Os resultados obtidos servem de apelo aos profissionais da educação para que busquem a compreensão e tenham a preocupação necessária com tais alunos, se tornando para eles mais que simplesmente alfabetizadores, educadores escolares, mas para realmente conhecê-los, nunca descartando nas dificuldades de aprendizagem o fator emocional e social da criança.

Uma pedagogia humanista e afetiva, assim como a educação socioemocional são necessárias para o processo pedagógico e para a formação de um indivíduo completo em todas as suas vertentes.

REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº 13.046**, de 1º de dezembro de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13046.htm. Acesso em: 01 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.010**, de 26 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Brasília, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 01 jul 2020.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 24. Ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001.

LEITE, L. P; OLIVEIRA, A. A. S. Escola inclusiva e as necessidades educacionais especiais. In: MANZINI, E. J. (Org) **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP, 2000.

MAHONEY, A. A., ALMEIDA, L. R., Henri Wallon. **Psicologia e educação**. 10.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MATOS, M. G. de, TOMÉ, G. **Promoção de competências e do capital social para um empreendedorismo com saúde na escola e na comunidade**. Placebo Editora. Lisboa, abril, 2012. Seção. Disponível em: <http://www.codajic.org/node/369> . Acesso em: 01 de jul. de 2020.

MIURA, R. K. K. Fala professor: dificuldades e alternativas pedagógicas. In: In: MANZINI, E. J. (Org) **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP, 2000.

MOURA, C. F. de. **Reação à frustração: construção e validação da medida e proposta de um perfil de reação**. Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia. Brasília, dezembro, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3298/1/2008_CristianeFaiadMoura.pdf. Acesso em: 01 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, R. G. **Traumatologia desenvolvimental: o impacto da negligência na infância na memória de adultos**. Faculdade de Psicologia PUCRS. Porto Alegre, dezembro, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4883>. Acesso em: 01 de jul. de 2020.

SILVA, I., MARQUES, L. MATA, L. & ROSA, M. **Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar**. Lisboa: Ministério da Educação.DGE, 2016.

SILVA, P. N. e. **Competências Socioemocionais e a Resolução de Conflitos Interpessoais em Contexto Jardim de Infância**. UMinho. Gualtar - Portugal, abril, 2017. Seção.

Disponível em < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/57316>> Acesso em: 01 de Jul. de 2020.

VERNON, M. D. (1973). **Motivação humana**. Petrópolis: Vozes. (trabalho original publicado em 1969).

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.